



Prefeitura Municipal de Campinápolis-MT
Avenida Benônio José Lourenço, nº 2170, Setor União - (66) 3437-1992
CEP: 78630-000 Campinápolis/MT - prefeitura@campinapolis.mt.gov.br

EDITAL DE CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 001/2026
MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 07/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 7295/2025

PREÂMBULO:

Torna-se público que o Município de CAMPINÁPOLIS, ESTADO DO MATO GROSSO, Pessoa Jurídica de Direito Público, portador do CNPJ nº 00.965.152/0001-29, neste ato representado pelo Senhor Prefeito Municipal, sediada na Avenida Benônio José Lourenço, 2170, Setor União, CEP: 78.630-000, por intermédio do seu Agente de Contratação, designado pela Portaria nº 368, de 01 de Julho de 2024, que obedecerá às disposições no art. 6º, inciso XLIII c/c [Artigo 74, Caput](#), da [Lei Federal nº 14.133, de 01 de Abril de 2021](#) e suas alterações, [Lei Complementar 123, de 14 de Dezembro de 2006](#) e suas alterações, [Lei Complementar 147, de 07 de Agosto de 2014](#) e [Lei Complementar 155, de 27 de Outubro de 2016](#), no âmbito Municipal [Lei Ordinária de nº 1.418 de 2024](#) e [Decretos nº 4.361, 4.364 e 4.365/2024](#) e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos e na Minuta de Contrato, cujos termos, igualmente, o integram.

TIPO: CHAMAMENTO PÚBLICO/CREDENCIAMENTO

Os pedidos de credenciamento deverão ser realizados exclusivamente por meio da plataforma eletrônica LICITANET, mediante o envio de toda a documentação de habilitação e demais documentos exigidos neste Edital.

O presente procedimento será realizado na modalidade Chamada Pública Eletrônica para Credenciamento, nos termos do art. 79 da Lei nº 14.133/2021, caracterizando-se como hipótese de contratação paralela e não excludente, não havendo disputa de preços ou fase de lances.

O período para protocolo eletrônico dos pedidos de credenciamento terá início em 13/03/2026, às 13h30min. A Primeira Sessão Pública Eletrônica destinada à análise dos documentos apresentados ocorrerá no dia 13/03/2026, às 13h30min, por meio da plataforma LICITANET.

A Segunda Sessão Pública Eletrônica para análise de novos requerimentos ou saneamento documental ocorrerá no dia 03/04/2026, às 13h30min, também na plataforma LICITANET.

O credenciamento permanecerá aberto pelo prazo de 12 (doze) meses, até 13/03/2027, para recebimento contínuo de interessados, conforme previsto no art. 79, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

Todavia, considerando a estimativa de demanda da Secretaria Municipal de Saúde e a necessidade administrativa devidamente justificada no processo, após o credenciamento de 04 (quatro) empresas habilitadas, número suficiente para atendimento do objeto, o presente procedimento será automaticamente suspenso, mediante publicação de aviso na plataforma LICITANET e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, podendo ser reaberto a qualquer tempo, caso haja necessidade superveniente da Administração.

DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: Os interessados encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, <https://licitanet.com.br>, toda documentação necessária para o credenciamento.

ENDEREÇO: Avenida Benônio José Lourenço, 2170, Setor União - CEP: 78.630-000

1 - DO OBJETO/SERVIÇO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

1.1- O presente Edital tem como objeto/serviço o NA FORMA DE CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO CASA DE APOIO NA CIDADE DE CUIABÁ-MT, PARA ATENDER



Prefeitura Municipal de Campinápolis-MT

Avenida Benônico José Lourenço, nº 2170, Setor União - (66) 3437-1992
CEP: 78630-000 Campinápolis/MT - prefeitura@campinapolis.mt.gov.br

PACIENTES ENCAMINHADOS PELA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPINÁPOLIS -MT, com as características e condições descritas no Termo de Referência em anexo.

1.2- As despesas decorrentes da execução do presente credenciamento correrão por conta das dotações orçamentárias específicas prevista no orçamento do exercício de 2026, conforme classificação abaixo:

ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
REDE HOSPITALAR
MANUTENCAO DO TFD
07.001. 10.302.0011.2047 3.3.90 1.500.1002000 Dot. 132

2 - DA DESCRIÇÃO DOS ITENS:

2.1- Para elaboração da sua proposta o licitante deverá considerar a especificação do item, inclusive quanto à unidade de medida, contida no Termo de Referência anexo à este Edital de Credenciamento Eletrônico Nº01/2026 e dados à seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	CÓDIGO TCE	UNIDADE MEDIDA	QTDE.	VALORUNITÁRIO	VALORTOTAL
112590	SERVIÇO DE HOSPEDAGEM-CASA DE APOIO PARA PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICILIO COM NO MINIMO TRES REFEIÇÕES DIARIAS E APOIO DE TRANSPORTE INCLUSO. (obs: HOSPEDAGEM, CAFÉ DA MANHA, ALMOÇO, JANTAR E TRANSPORTE DE PACIENTE A HOSPITAIS E CLINICAS).	00025579	Unid.	5000	R\$ 104,00	R\$ 520.000,00
	SOMA TOTAL					R\$ 520.000,00

2.2.0 ESTRUTURA FISICA MINIMA

2.2.1- Oferecer uma casa para apoio a esses pacientes contendo no mínimo 05 (cinco) quartos, com no mínimo 10 (dez) leitos, uma sala ampla, com condições de assento, uma cozinha ampla com no mínimo um fogão industrial, pia grande, mesa com no mínimo 08 cadeiras, uma geladeira, um freezer; uma área de serviço com máquina de lavar roupa, tanque grande de no mínimo duas bacias de concreto; no mínimo três banheiros em total condição de uso conforme Termo de Referência.

2.2.2- Oferecer no mínimo 03 (Três) refeições diárias:

Café da manhã: café preto, pão com ovos mexidos e leite (no mínimo);

Almoço: arroz, feijão, carne (de tipos variados) e salada (de tipos variados), (no mínimo);

Jantar: arroz, feijão, carne (de tipos variados) e salada (de tipos variados), (no mínimo).

Para pacientes com restrições alimentares, deverá haver preparo de dietas conforme as solicitações médicas.

OBS: as refeições deverão ser variadas, não repetindo o cardápio para almoço e jantar.

2.2.3- Oferecer o transporte com no mínimo 02 (dois) veículos a esses pacientes, desde a busca na rodoviária local, como a locomoção dos mesmos a qualquer lugar da cidade de



Prefeitura Municipal de Campinápolis-MT

Avenida Benônico José Lourenço, nº 2170, Setor União - (66) 3437-1992
CEP: 78630-000 Campinápolis/MT - prefeitura@campinapolis.mt.gov.br

Cuiabá - MT e adjacências para o bom encaminhamento desses pacientes ao tratamento de saúde a eles destinado, como o retorno dos mesmos a rodoviária para o seu local de origem. Atender a todos os pacientes encaminhados pela secretaria, dando-lhes toda atenção necessária conforme termo de referencia.

2.2.4- Os serviços serão prestados na sede da empresa credenciada, sob responsabilidade dos profissionais indicados.

2.2.5- O prazo máximo para a execução do objeto será de 12(Doze) meses, contados a partir da assinatura dos credenciados;

2.2.6– Somente serão atendidos pacientes com encaminhamento da Secretaria Municipal de Saúde.

2.2.7-O atendimento de paciente sem encaminhamento será de inteira responsabilidade da empresa credenciada, não cabendo ao Município qualquer responsabilidade por prestação de serviço não autorizado.

2.2.8- A empresa credenciada e seus responsáveis se responsabilizarão sob todos os aspectos técnicos civil e criminalmente por quaisquer danos que venham a causar ao pacientes na execução dos serviços, vez que ao Município cabe apenas à seleção e encaminhamento dos pacientes.

2.2- Os interessados poderão pleitear o seu credenciamento conforme item 2.1, preenchendo no anexo II o seu interesse.

2.3- O CREDENCIADO será responsável pelas prestações de serviços conforme requisições/solicitações da Secretaria de Saude e condições previstas no Termo de Referencia em anexo.

2.4- TOTAL ESTIMADO DO CREDENCIAMENTO SERÁ DE R\$ 520.000,00 (Quinhentos e vinte mil reais)

2.5- O atendimento do contratado contemplará a execução das atividades e serviços necessários à prestação de serviço para hospedagem de pacientes encaminhado pelo município de campinapolis, se faz necessaria para suprir a demanda do municipio, de forma complementar aos serviços prestados pela rede municipal de Saude.

3 - DA PARTICIPAÇÃO NA CHAMADA PÚBLICA ELETRÔNICA (CREDENCIAMENTO)

3.1- Poderão participar deste Credenciamento as pessoas jurídicas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta Chamada Pública e que estejam devidamente credenciadas na plataforma LICITANET.

3.2. A participação dar-se-á exclusivamente por meio da plataforma eletrônica LICITANET, na aba correspondente à Chamada Pública/Credenciamento, disponível no endereço eletrônico www.licitanet.com.br, integrada ao Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

3.3. O interessado responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome na plataforma, assumindo como firmes e verdadeiras as informações e os documentos apresentados, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão promotor por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do interessado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais na plataforma e mantê-los atualizados, devendo proceder imediatamente à correção de eventuais inconsistências.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar inabilitação.

3.6. O presente procedimento caracteriza-se como Credenciamento, não havendo competição, disputa de preços ou fase de lances entre os interessados, sendo todos aqueles que atenderem às exigências editalícias declarados credenciados e aptos à futura contratação, conforme necessidade da Administração.

3.7. Será concedido tratamento favorecido às microempresas, empresas de pequeno porte e demais beneficiários previstos na Lei Complementar nº 123/2006, quando aplicável, especialmente quanto à regularização fiscal tardia.

3.8. Não poderão participar do presente Credenciamento:

3.8.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;



Prefeitura Municipal de Campinápolis-MT

Avenida Benônico José Lourenço, nº 2170, Setor União - (66) 3437-1992
CEP: 78630-000 Campinápolis/MT - prefeitura@campinapolis.mt.gov.br

- 3.8.2. Pessoa jurídica cujo objeto social seja incompatível com o objeto deste credenciamento;
- 3.8.3. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 3.8.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da publicação do edital, impedida de contratar com a Administração Pública em razão de sanção que lhe foi imposta, nos termos da Lei nº 14.133/2021;
- 3.8.5. Pessoa física ou jurídica que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante ou com agente público que atue na condução do processo ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau;
- 3.8.6. Empresas declaradas inidôneas ou suspensas de contratar com a Administração Pública;
- 3.8.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, quando atuando nessa condição, salvo se o objeto permitir formalmente essa natureza jurídica;
- 3.8.8. Agente público do órgão ou entidade contratante, observadas as hipóteses de conflito de interesses previstas no art. 9º da Lei nº 14.133/2021.
- 3.9. O impedimento de que trata o item anterior será também aplicado àquele que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar sanção aplicada, desde que devidamente comprovada fraude ou abuso da personalidade jurídica.

4 - DO PROCEDIMENTO DE CREDENCIAMENTO

- 4.1 O presente procedimento será realizado na modalidade Chamada Pública Eletrônica para Credenciamento, nos termos do art. 79 da Lei nº 14.133/2021, caracterizando hipótese de contratação paralela e não excludente, em razão da inviabilidade de competição.
- 4.2. Os interessados deverão protocolar seu pedido de credenciamento exclusivamente por meio da plataforma eletrônica LICITANET, mediante envio de toda a documentação exigida neste Edital.
- 4.3. Os pedidos de credenciamento serão analisados pelo Agente de Contratação e sua equipe de apoio no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados do protocolo eletrônico na plataforma.
- 4.4. Após a análise da documentação, será proferida decisão fundamentada pelo deferimento ou indeferimento do pedido, com a respectiva lavratura de ata e publicação do resultado na plataforma eletrônica e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.
- 4.5. Deferido o credenciamento, será formalizado o respectivo Termo de Credenciamento, que integrará os autos do processo como instrumento de autorização para futura contratação.
- 4.6. Havendo mais de um credenciado, a distribuição da demanda ocorrerá conforme a necessidade da Secretaria Municipal requisitante, observando-se a ordem cronológica de credenciamento, de forma objetiva e isonômica.
- 4.7. Caso o credenciado convocado não tenha disponibilidade para atendimento no momento da solicitação, será convocado o próximo da ordem, mantendo-se o sistema de rodízio para garantir equidade entre os credenciados.
- 4.8. A contratação será formalizada mediante instrumento contratual ou equivalente, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021.
- 4.9. O Termo de Credenciamento ou o instrumento contratual poderá ser alterado nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, mediante justificativa formal da Administração.

5 - DA PROPOSTA DE CREDENCIAMENTO:



Prefeitura Municipal de Campinápolis-MT

Avenida Benônico José Lourenço, nº 2170, Setor União - (66) 3437-1992
CEP: 78630-000 Campinápolis/MT - prefeitura@campinapolis.mt.gov.br

5.1. Para habilitar-se ao credenciamento, o interessado deverá apresentar Requerimento de Credenciamento e Proposta de Adesão exclusivamente por meio da plataforma eletrônica LICITANET, mediante envio digital dos documentos exigidos neste Edital.

5.2. A proposta deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa, devidamente datada e assinada pelo representante legal, digitalizada em formato PDF legível, sem rasuras ou emendas, devendo conter:

- a) Número do CNPJ, razão social, endereço completo, telefone(s) e endereço eletrônico (e-mail) para contato;
- b) Declaração de total concordância com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, especialmente quanto aos valores fixados pela Administração para a prestação dos serviços de Casa de Apoio;
- c) Indicação dos dados bancários (Banco, Agência e Conta Corrente) para fins de pagamento;
- d) Identificação e assinatura do representante legal da empresa.

5.3. O prazo de validade da proposta de adesão ao credenciamento deverá ser de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados da data do protocolo eletrônico, podendo ser apresentado prazo superior.

5.4. Caso o objeto exija responsável técnico ou profissional habilitado, deverá ser apresentada a respectiva identificação e comprovação de vínculo com a empresa, quando aplicável.

5.5. A proposta apresentada de forma incompleta, ilegível ou em desacordo com as exigências deste Edital poderá ser considerada inapta, sendo facultado ao interessado apresentar novo requerimento sanando as irregularidades, enquanto vigente o prazo de credenciamento.

6 - APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS:

6.1. Os documentos necessários ao credenciamento deverão ser apresentados exclusivamente por meio eletrônico, mediante envio na plataforma LICITANET, em formato digital (PDF), legíveis e completos.

6.2. Os documentos poderão ser:

- a) Documento original digital;
- b) Cópia digital de documento autenticado em cartório;
- c) Cópia simples acompanhada de declaração de autenticidade assinada pelo representante legal;
- d) Documento assinado digitalmente, desde que seja possível verificar sua autenticidade no momento da análise pela Comissão de Credenciamento.

6.3. A Comissão de Credenciamento poderá, a qualquer tempo, solicitar a apresentação dos documentos originais ou informações complementares para fins de verificação de autenticidade.

6.4. O requerimento eletrônico deverá conter, obrigatoriamente, a Proposta de Adesão ao Credenciamento, conforme modelo constante no Anexo II deste Edital.

6.2 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Os documentos de habilitação deverão ser encaminhados exclusivamente por meio da plataforma eletrônica LICITANET, em formato digital legível (PDF), observando-se as seguintes exigências:

6.2.1 – Regularidade Jurídica

- a) Registro Comercial, no caso de empresário individual;



Prefeitura Municipal de Campinápolis-MT

Avenida Benônico José Lourenço, nº 2170, Setor União - (66) 3437-1992
CEP: 78630-000 Campinápolis/MT - prefeitura@campinapolis.mt.gov.br

- b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, acompanhado da última alteração, quando houver, e, no caso de sociedade por ações, dos documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício ou Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial, emitida há no máximo 90 (noventa) dias, comprovando que o ramo de atividade é compatível com o objeto deste credenciamento (Casa de Apoio para atendimento de pacientes em Tratamento Fora do Domicílio – TFD);
- d) Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, bem como ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

6.3 - REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- a) Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Estaduais da sede da empresa;
- d) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Municipais da sede da empresa;
- e) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
- f) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Trabalhistas – CNDT.

6.4 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA:

- a)- Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial, ou de certidão que comprove plano
- a) Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitida há no máximo 60 (sessenta) dias, salvo prazo diverso constante do próprio documento.

6.5 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) Apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a prestação de serviços compatíveis com o objeto deste credenciamento, especialmente serviços de hospedagem, acolhimento ou Casa de Apoio voltados à área da saúde.

6.6 - DOCUMENTAÇÕES COMPLEMENTARES

6.6.1. As declarações exigidas neste item deverão ser encaminhadas exclusivamente por meio da plataforma eletrônica LICITANET, em formato digital (PDF), devidamente assinadas pelo representante legal da empresa, conforme modelo constante no Anexo IV.

6.6.2. Declaração de que está ciente e concorda com as condições contidas neste Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, para todos os efeitos legais, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

6.6.3. Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, nos termos do inciso IV do art. 63 da Lei nº 14.133/2021.

6.6.4. Declaração de que a proposta apresentada contempla a integralidade dos custos necessários à execução do objeto, inclusive encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, nos termos do §1º do art. 63 da Lei nº 14.133/2021.

6.6.5. Declaração de que não possui, em seu quadro societário ou funcional, servidor público do órgão ou entidade contratante, nos termos do art. 9º, §1º, da Lei nº 14.133/2021, bem como que não incorre em hipótese de conflito de interesses.



Prefeitura Municipal de Campinápolis-MT

Avenida Benônico José Lourenço, nº 2170, Setor União - (66) 3437-1992
CEP: 78630-000 Campinápolis/MT - prefeitura@campinapolis.mt.gov.br

6.6.6. Declaração de que não existem sanções vigentes que legalmente proibam a empresa de contratar com a Administração Pública.

6.6.7. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, atestando que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

6.6.8. Declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados submetidos a trabalho degradante ou forçado, nos termos dos incisos III e IV do art. 1º e do inciso III do art. 5º da Constituição Federal, bem como do art. 14, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021.

6.6.9. Certidões de idoneidade:

- a) Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, emitida pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ;
- b) Consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantidos pela Controladoria-Geral da União – CGU, como condição para verificação de eventual impedimento de contratar com a Administração Pública.

6.6.10. A Comissão de Credenciamento poderá realizar consultas diretas aos cadastros oficiais para verificação das informações declaradas, independentemente da apresentação das certidões pelo interessado.

6.7 - DOCUMENTAÇÕES COMPLEMENTARES, EXEGÍVEIS NOS TERMOS DA LC Nº 123/2006:

6.7.1. Declaração de que a empresa é Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedor Individual (MEI), e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses previstas no §4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido previsto nos arts. 42 a 49 da referida Lei, conforme modelo constante no Anexo V.

6.7.2. Declaração de que, no ano-calendário de realização deste credenciamento, os valores somados dos contratos celebrados com a Administração Pública não ultrapassam o limite de receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte, nos termos do art. 4º, §2º, da Lei nº 14.133/2021, conforme modelo constante no Anexo V.

7 - DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E RECURSO:

7.1 – ESCLARECIMENTOS

7.1.1. Após a publicação do Edital, os pedidos de esclarecimento poderão ser formulados exclusivamente por meio da plataforma eletrônica LICITANET, em campo próprio do sistema.

7.1.2. Os pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data designada para a sessão pública de análise dos pedidos de credenciamento.



Prefeitura Municipal de Campinápolis-MT

Avenida Benônico José Lourenço, nº 2170, Setor União - (66) 3437-1992
CEP: 78630-000 Campinápolis/MT - prefeitura@campinapolis.mt.gov.br

7.1.3. As respostas aos pedidos de esclarecimento serão divulgadas na própria plataforma LICITANET e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à sessão.

7.2 – IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

7.2.1. Qualquer interessado poderá impugnar os termos deste Edital, por meio eletrônico na plataforma LICITANET, até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data designada para a sessão pública.

7.2.2. A impugnação deverá ser motivada, contendo os fundamentos jurídicos e fáticos que justifiquem o pedido.

7.2.3. A resposta à impugnação será divulgada na plataforma eletrônica e no PNCP no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à sessão pública.

7.2.4. Acolhida a impugnação, será designada nova data para a realização da sessão, se for o caso.

7.3 – RECURSOS

7.3.1. Das decisões da Comissão de Credenciamento caberá recurso, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

7.3.2. O recurso deverá ser interposto exclusivamente por meio da plataforma LICITANET, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do primeiro dia útil subsequente à publicação da decisão.

7.3.3. O recurso não terá efeito suspensivo, salvo decisão em contrário devidamente fundamentada pela autoridade competente.

7.3.4. Interposto o recurso, os demais interessados serão automaticamente intimados por meio da plataforma para, querendo, apresentarem contrarrazões no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

7.3.5. Após o prazo de contrarrazões, a Comissão de Credenciamento poderá:

- I – Não conhecer do recurso, quando inadmissível;
- II – Reconsiderar sua decisão, de forma motivada;
- III – Manter a decisão, encaminhando os autos à autoridade competente para julgamento.

7.3.6. A autoridade competente decidirá o recurso, podendo solicitar manifestação jurídica, quando entender necessário.

7.3.7. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos, será homologado o resultado do credenciamento.

7.3.8. A decisão final será divulgada na plataforma LICITANET, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e no sítio eletrônico oficial do Município.

7.3.9. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

8 – DO DESCREDENCIAMENTO E PENALIDADES:

8.1 – O descredenciamento ocorrerá nas seguintes hipóteses:



Prefeitura Municipal de Campinápolis-MT

Avenida Benônico José Lourenço, nº 2170, Setor União - (66) 3437-1992
CEP: 78630-000 Campinápolis/MT - prefeitura@campinapolis.mt.gov.br

- a) Quando o CREDENCIADO deixar de atender, a qualquer tempo, às condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos;
- b) Quando o CREDENCIADO não apresentar a documentação exigida para o credenciamento no prazo estipulado pela Comissão de Credenciamento do Município de Campinápolis;
- c) Quando houver recusa injustificada do CREDENCIADO em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pela Administração;
- d) Quando for constatada a prestação de declaração falsa, inexata ou a apresentação de documento inverídico, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis;
- e) A pedido do próprio CREDENCIADO, mediante solicitação formal, observadas as condições previstas no item 8.3.

8.2 – O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo CREDENCIADO ensejará a aplicação das sanções administrativas previstas nos artigos 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa, podendo ser aplicadas, conforme o caso:

- I – advertência;
- II – multa;
- III – impedimento de licitar e contratar;
- IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

8.3 – O pedido de descredenciamento formulado pelo CREDENCIADO não o desobriga do cumprimento das obrigações assumidas em relação aos serviços já autorizados, requisitados ou contratados até a data do deferimento do pedido, permanecendo responsável pela execução regular e integral das demandas pendentes, bem como pelas responsabilidades delas decorrentes.

Parágrafo único. A inexecução total ou parcial dos serviços já autorizados poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas previstas neste Edital e na legislação vigente.

9 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

9.1- A empresa credenciada responderá exclusiva e integralmente pela utilização de pessoal para a execução do objeto do contrato, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o município.

9.2- Deverá ser entregue à Secretaria Municipal de Saúde, no momento da assinatura do contrato, lista prévia e atualizada dos profissionais disponibilizados pela empresa credenciada, com nome completo, número de telefone e e-mail.

9.3- Para fins de comprovação da realização do serviço, utilizar-se-á relatórios emitidos pelo fiscal de contrato indicado pela Secretaria de Saúde do município de Campinápolis-MT.

9.4- A empresa CREDENCIADA deverá estar disponível à prestação do serviço contratado pela Secretaria Municipal de Saúde de Campinápolis a partir do momento da assinatura do contrato podendo ser descredenciada por 90 dias em caso de receber três notificações por descumprimento de quaisquer itens deste edital.

9.5- Deverão ser observadas as seguintes obrigações funcionais:

- a)- Atender prontamente os pacientes encaminhados adotado as normas técnicas adequadas;
- b)- Tratar os pacientes com cortesia, evitando ter com ele qualquer tipo de transtorno;
- c)- Orientar os pacientes quanto aos procedimentos a serem realizados;
- d)- Fornecer toda condição de atendimento conforme proposto;



Prefeitura Municipal de Campinápolis-MT

Avenida Benônico José Lourenço, nº 2170, Setor União - (66) 3437-1992
CEP: 78630-000 Campinápolis/MT - prefeitura@campinapolis.mt.gov.br

- e)- Realizar os serviços com inteira responsabilidade de seus atos;
 - f)- Permitir a fiscalização dos serviços pelo fiscal de contrato ordenado pela Secretaria de Saúde, em qualquer tempo e mantê-lo permanente informado a respeito do andamento dos mesmos;
 - g)- Manter durante toda a vigência do contrato as mesmas condições de habilitação do momento do credenciamento;
 - h)- Aceitar os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato;
 - i)- Responder por erro de qualquer natureza relativo aos serviços prestados, seja na esfera administrativa, civil ou criminal;
 - j)- Manter na condução dos veículos profissionais devidamente habilitados para sua realização;
- 9.6- Nas situações em que o profissional indicado pela empresa credenciada não comparecer ao serviço, a Direção notificará imediatamente a empresa (via e-mail ou telefone) para reposição imediata do profissional, assumindo todas as responsabilidades pelo ônus causado à Administração caso o serviço não seja realizado.
- 9.7- A solicitação de substituição do profissional, por não atender os requisitos do presente Edital, se dará por meio da comunicação oficial da Secretaria Municipal de Saúde (e-mail) junto à empresa credenciada.
- 9.8- Os profissionais disponibilizados pelas empresas credenciadas deverão respeitar os requisitos contidos nesse edital.
- 9.9- A empresa credenciada deverá manter-se, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações anteriores e com as condições de habilitação exigidas neste instrumento.
- 9.10- Será descredenciada imediatamente a empresa que não apresentar documentação complementar solicitada pela Secretaria Municipal de Saúde e Comissão de Credenciamento para fins de instrução do processo e contratação, dentro do prazo estipulado.
- 9.11- A empresa credenciada deverá responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier a causar ao município de Campinápolis ou terceiros.
- 9.12- Em caráter excepcional, conforme disposto na Lei de nº 14.133/2021, os CREDENCIADOS ficarão obrigados a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do respectivo Termo de Contrato. Acima deste quantitativo o aditivo deverá ser feito de modo consensual.

10 - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

Ao Município compete, pela Secretaria Municipal requisitante (Gestora da Contratação):

- 10.1- Fiscalizar a execução do avençado, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da contratada pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;
- 10.2- Comunicar à Contratada qualquer irregularidade encontrada no serviço ou objetos da contratação, fixando-lhe, quando não pactuado, prazo para corrigi-los;
- 10.3- Decidir acerca das questões que se apresentarem durante a prestação dos serviços;
- 10.4- Notificar, por escrito, a contratada da aplicação de qualquer sanção;
- 10.5- Efetuar o pagamento à credenciada, no prazo acordado, após a entrega da nota fiscal/fatura no setor competente.
- 10.6- Prestar informações necessárias, com clareza, para execução dos serviços avençados;
- 10.7- Credenciar perante a contratada, servidores autorizados a acompanhar, fiscalizar e conferir a qualidade e execução dos serviços adjudicados;
- 10.8- Notificar a contratada para ajustar, imediatamente, os procedimentos e/ou métodos de execução dos serviços que porventura venham a ser considerados impróprios e/ou prejudiciais, por técnicos do Município, a qualidade dos serviços prestados e a utilização dos materiais solicitados;
- 10.9- Acompanhar e fiscalizar permanentemente a execução dos serviços, visando o atendimento das normas, especificações e instruções estabelecidas, devendo intervir, quando necessário, a fim de assegurar sua regularidade e o fiel cumprimento;



Prefeitura Municipal de Campinápolis-MT

Avenida Benônico José Lourenço, nº 2170, Setor União - (66) 3437-1992
CEP: 78630-000 Campinápolis/MT - prefeitura@campinapolis.mt.gov.br

- 10.10- Exigir a troca de material, funcionário ou equipamento que não seja adequado às exigências do serviço;
- 10.11- Aplicar, quando for o caso, as penalidades, advertências e sanções previstas no edital e contrato, de acordo com as Leis que regem a matéria;
- 10.12- Solicitar, a qualquer tempo, dados e informações referentes aos serviços objeto do credenciamento.

11 – DA SESSÃO PÚBLICA, DO JULGAMENTO, DA DISTRIBUIÇÃO DE DEMANDA

11.1- A documentação necessária ao credenciamento deverá ser anexada exclusivamente por meio da plataforma eletrônica Licitanet. O sistema estará disponível para envio das propostas e documentos a partir do dia 24/02/2026. Não será admitido envio de documentos por meio físico, protocolo presencial, e-mail ou qualquer outro meio diverso da plataforma eletrônica.

11.2- A análise da documentação ocorrerá em sessões públicas eletrônicas realizadas na plataforma Licitanet, nas seguintes datas:

Primeira Sessão Pública: 13/03/2026, às 13h30min

Segunda Sessão Pública: 03/04/2026, às 13h30min

11.3- Concluída o credenciamento e ao surgir à necessidade de contratação, os credenciados serão convidados a participar da sessão pública de sorteio de demandas, salvo se ocorrer a convocação geral de todos os credenciados para a realização dos serviços.

11.4- Com ciência e concordância das empresas credenciadas e a critério da Secretária Municipal de Saúde, caso haja mais de um credenciado habilitado para o mesmo serviço, a distribuição das demandas poderá observar a ordem cronológica de credenciamento, especialmente quando não for possível a divisão equitativa.

Alternativamente, considerando a natureza do serviço e o interesse público envolvido, a escolha da casa de apoio poderá também ser realizada pelo usuário final (paciente), ou seu responsável legal, dentre os credenciados habilitados, assegurando-se a livre escolha, desde que observadas as condições estabelecidas neste Edital e a disponibilidade de vagas.

DISTRIBUIÇÃO DE SERVIÇOS

11.18- O Município poderá proceder às contratações de imediato dos primeiros credenciados com a respectiva DISTRIBUIÇÃO EQUITATIVA DOS SERVIÇOS CONFORME NECESSIDADE, sendo que os demais contratados receberão a distribuição do serviço conforme necessidade no decorrer da vigência do respectivo instrumento;

12 - FORMA DE EXECUÇÃO E DA CONTRATAÇÃO:

12.1 – Após o deferimento e homologação do credenciamento, o interessado será convocado para formalização do vínculo com o Município.

12.1.1 – A formalização poderá ocorrer, inicialmente, mediante assinatura de Termo de Credenciamento, que habilitará o credenciado à execução dos serviços, podendo o instrumento ser posteriormente substituído por Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, conforme necessidade da Administração, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

12.2 – O CREDENCIADO convocado deverá assinar eletronicamente o Termo de Credenciamento ou o Contrato no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação por meio da plataforma eletrônica ou correio eletrônico oficial.

12.3 – A não formalização do instrumento no prazo estabelecido será considerada recusa injustificada, podendo ensejar o descredenciamento e a convocação dos demais credenciados, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação vigente.



Prefeitura Municipal de Campinápolis-MT

Avenida Benônio José Lourenço, nº 2170, Setor União - (66) 3437-1992
CEP: 78630-000 Campinápolis/MT - prefeitura@campinapolis.mt.gov.br

12.4 – A execução dos serviços ocorrerá de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário.

12.5 – A credenciada deverá permitir e facilitar a fiscalização da execução dos serviços por servidor formalmente designado pelo Município, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às determinações expedidas pela Secretaria Municipal de Saúde.

12.6 – O Município de Campinápolis não aceitará, sob qualquer pretexto, a transferência de responsabilidade da credenciada para terceiros, sendo vedada a delegação das obrigações assumidas.

12.7 – O prazo de vigência do instrumento será contado da data de sua assinatura, podendo observar cronograma de execução definido pela Secretaria Municipal de Saúde, acrescido de até 90 (noventa) dias para fins de encerramento administrativo e recebimento definitivo.

12.8 – Excepcionalmente, poderá ser estabelecida vigência superior a 12 (doze) meses, quando a natureza do serviço, a continuidade da assistência aos pacientes ou a necessidade administrativa assim justificarem, observados os limites legais.

12.9 – O prazo para início da execução dos serviços será de até 10 (dez) dias, contados do recebimento da Ordem de Serviço ou autorização formal emitida pela Secretaria Municipal de Saúde para cada demanda específica.

12.9.1 – Havendo necessidade de prorrogação do prazo inicial, a credenciada deverá apresentar justificativa formal, que será analisada pela Secretaria Requisitante.

12.10 – LOCAL DE EXECUÇÃO: Os serviços serão prestados no município de Cuiabá/MT, nas dependências da casa de apoio credenciada, conforme designação e encaminhamento realizado pela Secretaria Municipal de Saúde.

12.11 – SUBCONTRATAÇÃO: Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto deste credenciamento, devendo os serviços ser executados diretamente pela credenciada.

13 - DA FORMA DE PAGAMENTO:

13.1- O pagamento referente à prestação de serviços será efetuado em até 30 (trinta) dias contados da entrega da Nota Fiscal, devidamente atestada pelo responsável pela fiscalização do contrato, de acordo com os valores estipulados, devidamente autorizados pela Secretaria Municipal de Saúde de Campinápolis;

13.2- A nota fiscal correspondente deverá ser apresentada na Secretaria Municipal requisitante até o 5º dia útil de cada mês para aferição e autorização do pagamento, confirmando a efetiva prestação dos serviços.

13.3- O Município poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes à multa ou indenizações devidas ela empresa contratada. Nenhum pagamento será realizado pelo Município sem que antes seja comprovado o recolhimento do ISSQN correspondentes ao mês da última competência vencida.

13.4- Qualquer erro ou omissão havido na documentação fiscal ou na fatura será objeto de correção pela contratada e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente regularizado.

13.5- O Município se reserva o direito de suspender o pagamento se o serviço for executado em desacordo com as especificações constantes deste instrumento.

13.6- O Município pagará às credenciadas o valor constante da minuta de proposta de adesão/projeto básico, pelos serviços efetivamente realizados, durante o primeiro ano de vigência deste credenciamento.

13.7- Na hipótese de prorrogação da vigência do presente credenciamento, o Município poderá atualizar o valor dos serviços de que trata o subitem anterior, após o intervalo de um ano, contado da data prevista para o início da



Prefeitura Municipal de Campinápolis-MT

Avenida Benônico José Lourenço, nº 2170, Setor União - (66) 3437-1992
CEP: 78630-000 Campinápolis/MT - prefeitura@campinapolis.mt.gov.br

apresentação das propostas de adesão, de que trata este edital, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) ou por índice que venha a substituí-lo.

13.8- Nas atualizações subsequentes à primeira, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros da última atualização.

13.9- No caso de atraso ou não divulgação do índice de atualização, o valor será atualizado conforme a última variação conhecida.

13.10- Caso o índice estabelecido para atualização venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.11- Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, o Município, pelo Gestor da Contratação, elegerá novo índice oficial, o qual deverá ser o mais conservador possível de forma a não onerar injustificadamente a administração.

13.12- O valor unitário a ser pago pelos serviços será o mesmo, para todos os CREDENCIADOS, independentemente da época em que tiver seu credenciamento ou contratação estabelecidos, razão pela qual os contratos oriundos do presente credenciamento não serão objeto de reajuste de preços.

14 - DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO e VIGÊNCIA:

14.1- A gestão da contratação caberá à Secretaria Municipal de Saúde através da nomeação de fiscais de contratos, e a fiscalização da correta execução do objeto do presente credenciamento será exercida a qualquer momento, no que couber, pelo Município, por servidor ocupante do Cargo de Secretário de Saúde, gestor (a) deste credenciamento.

14.2- As exigências e a atuação da fiscalização pelo Município em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne à execução do objeto do contrato.

14.3- À fiscalização de que trata este item competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do Contrato, nos termos do [Artigo 117, da Lei nº 14.133/2021](#), para atuarem como fiscal técnico e gestor do contrato, assim como seus respectivos substitutos.

Da Vigência:

14.4- EDITAL DE CREDENCIAMENTO: A vigência iniciará com a publicação do Edital no PNCP (Portal Nacional de Contratações Públicas) e finalizará após 12 (doze) meses desta publicação.

14.5- TERMO DE CREDENCIAMENTO: O Termo de Credenciamento terá a vigência limitada à do Edital de Credenciamento.

14.6- DEMANDA DAS SECRETARIAS REQUISITANTES: As solicitações poderão ser realizadas enquanto vigente o Termo de Credenciamento.

14.7- EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: Somente poderão iniciar após a assinatura do contrato ou emissão da Ordem de Serviços e seguirão os prazos determinados no instrumento contratual, para cada demanda, podendo ser finalizado após a vigência deste termo, nos termos do [Artigo 111, da Lei 14.133/2021](#).

15 - DAS SANÇÕES:

15.1- O não-cumprimento das disposições mencionadas neste Edital poderá acarretar o descredenciamento do CREDENCIADO, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis, especialmente o disposto nos [Artigo 155 a 163 da Lei 14.133/2021](#), garantido o contraditório e a ampla defesa.

15.1.1- Os crimes contra a Administração Pública aos quais estão sujeitas as requerentes, processar-se-ão pela [Lei nº 12.846/2013](#) (Lei Anticorrupção) e pelo Código Penal, para fins de responsabilização das pessoas jurídicas, na esfera administrativa, civil e penal.

15.2- Constatada a possível prática de crime, assim definido na legislação, na execução do credenciamento ou contrato, o fato será comunicado à autoridade policial competente para apuração.

16 - CONDIÇÕES PACTUAIS:



Prefeitura Municipal de Campinápolis-MT

Avenida Benônico José Lourenço, nº 2170, Setor União - (66) 3437-1992
CEP: 78630-000 Campinápolis/MT - prefeitura@campinapolis.mt.gov.br

16.1- Qualquer tolerância por parte do Município, no que tange ao cumprimento das obrigações ora assumidas pela contratada, não importará, em hipótese alguma, em alteração contratual, novação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor todas as condições do ajuste e podendo o Município exigir o seu cumprimento a qualquer tempo.

16.2- A contratação, objeto deste procedimento, não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre o Município e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas designadas pela Contratada para a execução do objeto contratual, sendo a Contratada a única responsável por todas as obrigações ou encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra.

16.3- A Contratada, por si, seus agentes, prepostos, empregados ou quaisquer encarregados, assume inteira responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados, de forma direta ou indireta, ao Município, seu patrimônio, seus servidores, pacientes ou terceiros, produzidos em decorrência da execução do objeto contratado, ou da omissão em executá-lo, resguardando-se ao Município o direito de regresso na hipótese de ser compelido a responder por tais danos ou prejuízos.

16.4- Todas as informações, resultados, relatórios e quaisquer outros documentos obtidos ou elaborados pela Contratada durante a execução do objeto contratual serão de exclusiva propriedade do Município, não podendo ser utilizados, divulgados, reproduzidos ou veiculados, para qualquer fim, senão com a prévia e expressa autorização do Município, sob pena de responsabilização administrativa, civil ou criminal, nos termos da legislação.

16.5- A contratação será formalizada mediante assinatura do Contrato de Prestação de Serviços, nos termos do [Artigo 95, da Lei n. 14.133/2021](#).

17 - DISPOSIÇÕES GERAIS:

17.1- Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra. Após a apresentação da documentação não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.

17.2- Fica assegurado ao Município o direito de, no interesse da Administração, tomar as providências a seguir discriminadas, sem que caiba aos interessados qualquer tipo de reclamação ou indenização:

17.2.1- Alterar as condições deste edital, nos termos da legislação vigente comunicando sobre as modificações ocorridas;

17.3- O recebimento dos envelopes ou documentos para o credenciamento não gerará para os CREDENCIADOS qualquer direito de contratação, objetivando somente o cadastramento para prestação de futuros serviços, sob demanda das secretarias.

17.3.1- O credenciamento tem caráter precário, podendo a qualquer momento ser revogado/encerrado, seja por interesse da Administração ou da Credenciada.

17.4- A Administração poderá solicitar o descredenciamento da empresa, caso seja constatado qualquer irregularidade na observância e cumprimento das normas fixadas no Edital e seus anexos, bem como na legislação pertinente, sem prejuízo do contraditório e da ampla defesa.

17.4.1- Neste caso verificada a irregularidade, a credenciada será automaticamente excluída do rol dos CREDENCIADOS. Sanada a irregularidade a empresa poderá solicitar novo credenciamento.

17.5- Será descredenciada a empresa que recusar a demanda por 2 (duas) vezes, seguidas ou não, quando convocada tempestivamente, nos termos deste edital, mesmo que apresente justificativa, podendo solicitar novo credenciamento somente 60 (sessenta) dias corridos após a recusa, evitando que as credenciadas escolham as demandas.

17.6- A credenciada que desejar solicitar o descredenciamento deverá fazê-lo mediante aviso prévio por escrito informando as suas razões, a qualquer tempo.

17.6.1- O pedido de descredenciamento não desobriga a credenciada nos eventuais contratos oriundos do credenciamento celebrados.

17.7- A empresa será descredenciada ainda nas seguintes hipóteses:



Prefeitura Municipal de Campinápolis-MT

Avenida Benônico José Lourenço, nº 2170, Setor União - (66) 3437-1992
CEP: 78630-000 Campinápolis/MT - prefeitura@campinapolis.mt.gov.br

- a)- Negligência, imprudência ou imperícia comprovada dos profissionais das empresas credenciadas;
 - b)- Descumprimento pela Credenciada de instruções e orientações recebidas da Gestão e Fiscalização da contratação, rejeição de processo que lhe seja distribuído ou negativa de prestação de qualquer serviço solicitado, sem apresentar razões suficientes para o Município;
 - c) Apresentar qualquer documento falso ou com informações inverídicas, bem como a apresentação de forma fraudulenta de qualquer dos documentos técnicos exigidos, que implica na imediata desqualificação da credenciada e imediato descredenciamento, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.
- 17.8- Caso a Credenciada tenha assinado o Contrato caberá o descredenciamento e a rescisão contratual, com consequências das sanções contratuais e das previstas em lei, se a Contratada:
- 17.8.1- Descumprir total ou parcial, quaisquer das obrigações e/ou responsabilidades previstas no Edital, e/ou no contrato, ou o conhecimento ulterior, pelo Contratante, de fato ou circunstância superveniente contrária ao regramento editalícios, contratual ou legal, ou ainda se for constatada falsidade de qualquer declaração prestada pela Contratada e/ou seus representantes e equipe técnica;
 - 17.8.2- Agir com negligência, imprudência ou imperícia comprovada dos profissionais das empresas credenciadas;
 - 17.8.3- Transferir ou subcontratar total ou parcial, ceder e caucionar o contrato em operações.
 - 17.8.3- Cometer reiteradamente faltas ou falhas na execução dos serviços;
 - 17.8.4- Decretar falência ou insolvência civil;
 - 17.8.5- Realizar dissolução da sociedade;
 - 17.8.6- Concretizar alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura contratual que, a juízo do Contratante, prejudique a execução do contrato;
 - 17.8.7- Descumprir as instruções e orientações do Contratante, rejeitar qualquer processo que lhe seja distribuído ou negar a prestação de qualquer serviço solicitado sem apresentar razões suficientes ao Contratante;
 - 17.8.8- Divulgar informações do interesse exclusivo do Contratante, ou que consubstanciam violação de sigilo, obtidas em decorrência da contratação.

18 - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO:

- 18.1- Os licitantes devem observar e o CONTRATADO deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto/serviço contratual.
- 18.2- Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:
- a)- “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de Contrato;
 - b)- “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de Contrato;
 - c)- “prática colusivas”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
 - d)- “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do Contrato;
 - e)- “prática obstrutiva”: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista neste edital e nas cláusulas do Contrato; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.
- 18.3- Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de Contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por



Prefeitura Municipal de Campinápolis-MT

Avenida Benônio José Lourenço, nº 2170, Setor União - (66) 3437-1992
CEP: 78630-000 Campinápolis/MT - prefeitura@campinapolis.mt.gov.br

meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um Contrato financiado pelo organismo.

18.4- Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o Contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do Contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do Contrato.

19 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

19.1- As alterações de endereço, telefone ou e-mail, deverão ser comunicadas ao Agente de Contratação, sediada na Avenida Benônio José Lourenço, 2170, Setor União, CEP: 78.630-000, na Prefeitura Municipal de Campinápolis-MT, bem como a Secretaria Municipal de Educação.

19.2- Informações sobre este Credenciamento poderão ser tratadas no Setor de Licitações, Av. Benônio José Lourenço, 2170, Setor União, na Prefeitura Municipal de Campinápolis-MT, telefone (66) 3437-1992 e na Secretaria Municipal de Educação, ou através do email – licitação@campinapolis.mt.gov.br.

19.3- As dúvidas quanto à interpretação dos termos deste edital, bem como quaisquer outras informações, deverão ser solicitadas ao Agente de Contratação, no endereço acima descrito.

19.4- Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do presente procedimento, no prazo legal, mediante requerimento por escrito, que deverá ser protocolado juntamente com as razões, no setor de protocolo desta Prefeitura Municipal, cujo endereço resta informado acima.

19.4.1- Quaisquer outras manifestações formais subsequentes ao prazo do item anterior serão recebidas apenas como pedidos de esclarecimento;

19.4.2- A impugnação deverá ser instruída com documentos necessários para a perfeita identificação do impugnante, bem como a verificação da capacidade de representação do signatário;

19.4.3- Decairá o direito de impugnar o edital aquele que não o fizer no prazo legal;

19.4.4- A resposta à impugnação ao edital estará disponível aos consulentes e interessados, via e-mail e passarão a integrar o edital.

19.5- Obedecidas às condições previstas no contrato, o CREDENCIADO poderá, a qualquer tempo, pedir desligamento. 19.6- A Secretaria Municipal de Saúde poderá, obedecidas às condições previstas no contrato e no seu interesse, descredenciar as instituições ou profissionais que não apresentarem demanda de atendimento.

19.7- A qualquer tempo, poderá a Secretaria Municipal de Saúde, diretamente ou por empresa contratada para esse fim, realizar inspeção das instalações das entidades credenciadas para verificação das condições de atendimento, higiene, equipamentos e capacidade técnico operativa.

19.8- O Agente de Contratação, juntamente com a Secretaria Municipal de Saúde, na forma do disposto no [§ 2º do Artigo 59, da Lei Federal nº 14.133/2021](#) e alterações, reserva-se no direito de promover qualquer diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo relativo a esta licitação.

19.9- Caso algum órgão expedidor de documento exigido nesta licitação se encontre em greve, se a licitante não possuir documento com prazo de validade vigente, deverá apresentar o documento vencido, juntamente com a comprovação de que o órgão expedidor se encontra em greve através de cópia de matéria e/ou reportagem em jornais ou revistas e/ou declaração do próprio órgão expedidor.

19.10- A participação no presente processo de credenciamento implica na aceitação integral e irretratável de todas as condições exigidas neste edital e nos documentos que dele fazem parte, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor.

19.11- Nenhuma indenização será devida aos credenciados pela elaboração e/ou apresentação de quaisquer documentos relativos ao presente credenciamento.

19.12- Fica eleito o Foro da Comarca de Campinápolis, para dirimir as questões decorrentes do presente Edital, inclusive quanto à execução do contrato que vier a ser celebrado.

20 - FAZEM PARTE DESTE EDITAL:



Prefeitura Municipal de Campinápolis-MT

Avenida Benônico José Lourenço, nº 2170, Setor União - (66) 3437-1992
CEP: 78630-000 Campinápolis/MT - prefeitura@campinapolis.mt.gov.br

Anexo I – Termo de Referência

Anexo II – Modelo de Apresentação da Proposta

Anexo III – Minuta do Contrato Administrativo

Anexo IV – Modelo de Declarações Unificadas

Anexo V – Modelo de Declarações de ME/EPP

Anexo VI - Declaração de idoneidade.

Campinapolis-mt 24 de fevereiro de 2026

Jeovan Faria
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Campinápolis-MT
Avenida Benônico José Lourenço, nº 2170, Setor União - (66) 3437-1992
CEP: 78630-000 Campinápolis/MT - prefeitura@campinapolis.mt.gov.br

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Contratação de casa de apoio localizada no município de Cuiabá-MT para prestação de serviços de hospedagem, alimentação e acolhimento dos pacientes encaminhados para tratamento fora do domicílio (TFD), visando atender às demandas do município de Campinápolis/MT

2. JUSTIFICATIVA

O Hospital Municipal Regis Sebastião Vieira é responsável pelo atendimento de urgência e emergência de toda a população do município de Campinápolis-MT, a qual possui 15.347 habitantes conforme dados do IBGE 2022, além de pacientes residentes em outros municípios que necessitam de atendimento da Rede de Atenção às Urgências e Emergências, sendo a principal Unidade de Saúde para tais atendimentos. Ocorre que tanto o Hospital Municipal quanto as demais unidades de saúde do município não possuem todos os recursos e tratamentos disponibilizados pelo sistema único de saúde, sendo rotineira a necessidade de transporte dos pacientes para a capital do estado, Cuiabá/MT, localizada a 513km de distância, para realização de tratamentos e/ou exames médicos.

Nesse sentido, tem-se que alguns tratamentos perduram por dias, sendo inviável o transporte constante dos pacientes e seus acompanhantes entre Campinápolis e Cuiabá em razão da distância, dos quadros de saúde e dos custos de tal logística. No entanto, a realização de exames e tratamentos não deve ser prejudicada em razão de tais fatores, uma vez que o município deve assegurar à população o acesso a todos os recursos de saúde necessários para manutenção e restabelecimento da saúde dos munícipes. Em vista disso, tem-se que a contratação de pessoas jurídicas para prestação de serviços de hospedagem em casa de apoio para pacientes em tratamento médico em Cuiabá/MT, com no mínimo 3 (três) refeições diárias e transporte inclusos, se mostra economicamente e logisticamente mais viável para administração pública, além de garantir maior conforto, segurança e bem-estar aos pacientes.

Os serviços de saúde compõem o rol garantias constitucionais e estão intimamente ligados à dignidade da pessoa humana. Nesse sentido, a Constituição Federal em seus artigos 196 e 197 afirma que a saúde é direito de todos e dever do Estado e cabe ao Poder Público a função de regulamentar, fiscalizar e controlar as ações e serviços públicos de saúde, além de elaborar políticas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Em razão do dever de cumprir os direitos constitucionais e garantir os serviços de saúde, considera-se essencial a referida contratação, sob pena de prejuízo à população de Campinápolis, uma vez que não terá acesso a todos os recursos disponíveis para manutenção e restabelecimento da saúde.

Diante do exposto, considerando que tal contratação oportunizará a prevenção de doenças, tendo em vista a viabilização da realização de exames, consultas e tratamentos não realizados em Campinápolis, reduzirá os riscos de agravos à saúde e possibilitará a realização de procedimentos de maior complexidade, resta evidente a relevância e fundamentada a necessidade da contratação pretendida.

3. DETALHAMENTO E ATRIBUIÇÕES DOS SERVIÇOS



Prefeitura Municipal de Campinápolis-MT

Avenida Benônico José Lourenço, nº 2170, Setor União - (66) 3437-1992
CEP: 78630-000 Campinápolis/MT - prefeitura@campinapolis.mt.gov.br

3.1. Quantitativos e valores

ITEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO TCE	UNID.	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ANUAL
01	SERVIÇO DE HOSPEDAGEM CASA DE APOIO PARA PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICILIO COM NO MINIMO TRES REFEIÇÕES DIARIAS E APOIO DE TRANSPORTE INCLUSO. (OBS: HOSPEDAGEM, CAFÉ DA MANHA, ALMOÇO, JANTAR E TRANSPORTE DE PACIENTE A HOSPITAIS E CLINICAS).	00025579	Diária	5000	R\$ 104,00	R\$ 520.000,00
Valor total estimado de R\$ 520.000,00 (Quinhentos e vinte mil reais).						

3.2. Detalhamento dos serviços

SERVIÇO DE TRANSPORTE

Serviço prestado de locomoção dos pacientes da central de apoio até os hospitais, clínicas, laboratórios e rodoviária, quando for o caso, de Cuiabá - MT e vice-versa, em tempo suficiente de chegarem no horário marcado para o atendimento. O veículo utilizado para transporte deverá atender os regulamentos dos órgãos competentes. O prazo de tolerância máximo para a espera na Rodoviária na chegada é de 15 (quinze minutos) e para retorno é de 25 (vinte e cinco minutos), devendo ser observada a hora constante na passagem de volta;

A empresa fica responsável pelo transporte dos pacientes da casa de apoio aos respectivos locais de atendimento, tendo como referência o horário da consulta, exame ou procedimento agendado, quando haver, sem qualquer custo adicional;

Para os casos especiais, como pacientes em situação de risco e/ou debilitados, a prestação do serviço de transporte deverá ser diferenciada, humanizada e imediata. Entende-se como imediato o serviço prestado de forma instantânea e sem interrupção.

SERVIÇO DE HOSPEDAGEM

Serviço prestado do horário de chegada do paciente à casa de apoio até o horário do retorno a Campinápolis-MT. Considera-se como serviço de apoio somado ao pernoite, isto é, os serviços prestados durante aproximadamente 24 (vinte e quatro) horas de permanência do paciente ou mais, a depender da necessidade do deste.

SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO

Serviço de fornecimento de alimentação, sendo, no mínimo, as 3 (três) refeições principais (café da manhã, almoço e janta), com acompanhamento de nutricionista e de acordo com os padrões de higiene e saúde normatizados pela Vigilância Sanitária.

Para pacientes com restrições alimentares, deverá haver preparo de dietas conforme as solicitações médicas;

Não fica obrigada a proponente contratada a fornecer complementos vitamínicos;

DA RECEPÇÃO NA CASA DE APOIO



Prefeitura Municipal de Campinápolis-MT

Avenida Benônico José Lourenço, nº 2170, Setor União - (66) 3437-1992
CEP: 78630-000 Campinápolis/MT - prefeitura@campinapolis.mt.gov.br

A contratada ficará responsável, desde a chegada a casa de apoio, pelo controle de embarque e desembarque dos pacientes, recepcionando-os com informes gerais sobre os serviços ofertados por esta, seguindo do atendimento individual para cadastro, identificação, endereço de onde será prestado o atendimento e verificação dos encaminhamentos de cada paciente.

A proponente contratada deverá manter um controle dos pacientes que se encontram fora de seus estabelecimentos.

No período noturno é imprescindível o plantão na recepção;

4. SUPORTE LEGAL

A presente inexigibilidade de licitação será na modalidade credenciamento, tendo fundamento legal no art. 74, inciso IV da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

5 – DO CREDENCIAMENTO

5.1 Serão credenciadas todas as pessoas jurídicas interessadas na prestação dos serviços de casa de apoio no município de Cuiabá/MT, destinados ao atendimento de pacientes encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde de Campinápolis/MT, desde que atendam integralmente às exigências de habilitação previstas neste Edital.

5.2 O credenciamento possui natureza de contratação por inviabilidade de competição, nos termos da legislação vigente, não havendo limite prévio de credenciados, observado o interesse público e a capacidade administrativa do Município.

5.3 A classificação dos credenciados observará a ordem cronológica de envio completo da documentação na plataforma eletrônica LICITANET, considerando-se a data e horário do protocolo eletrônico.

5.4 O interessado, ao apresentar seu requerimento de credenciamento, deverá declarar a aceitação integral dos valores fixados pela Administração no Termo de Referência (Item 3 do Edital), não sendo admitida proposta com valores divergentes.

5.5 Após o deferimento do credenciamento, o interessado será convocado eletronicamente para assinatura do Termo de Credenciamento e/ou Contrato Administrativo, no prazo estabelecido neste Edital.

5.6 Não será permitida a participação neste Credenciamento de:

- a) Dirigente do órgão contratante ou responsável pelo procedimento;
- b) Empresas reunidas em consórcio;
- c) Empresas declaradas inidôneas ou suspensas de licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
- d) Empresas sob falência, dissolução ou liquidação;
- e) Empresas estrangeiras que não funcionem regularmente no país;
- f) Empresas que possuam sócios, administradores ou responsáveis técnicos que sejam servidores públicos ou agentes políticos do Município de Campinápolis/MT, ou que detenham poder de influência sobre o procedimento, observada a legislação aplicável;
- g) Empresas integrantes do mesmo grupo econômico entre si, quando tal condição comprometer a isonomia ou caracterizar direcionamento indevido.



Prefeitura Municipal de Campinápolis-MT

Avenida Benônico José Lourenço, nº 2170, Setor União - (66) 3437-1992
CEP: 78630-000 Campinápolis/MT - prefeitura@campinapolis.mt.gov.br

5.7 Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados deverão referir-se ao mesmo número de CNPJ constante no requerimento eletrônico de credenciamento.

5.8 Para fins de qualificação técnica, a interessada deverá apresentar, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução de serviços compatíveis com o objeto deste credenciamento, especialmente relacionados à hospedagem, acolhimento e apoio a pacientes em tratamento fora do domicílio.

5.8.1 Quando emitido por pessoa jurídica de direito privado, o atestado deverá conter identificação completa do emitente e do responsável pela assinatura, podendo a Comissão de Credenciamento realizar diligências para verificação de sua autenticidade.

6. DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

6.1. A Execução deverá ser realizada de acordo com os requisitos deste Termo de Referência, de acordo com a qualidade e quantidade especificada, sendo que a inobservância destas condições implicará recusa sem que caiba qualquer tipo de reclamação por parte da contratada;

6.2. O Credenciado prestará os serviços de acordo com as normas, necessidades e interesses da Administração;

6.3. Antes da Assinatura do contrato administrativo, o Município de Campinápolis/MT, indicará um servidor para inspecionar e vistoriar as instalações da empresa vencedora, a fim de verificar se a futura CONTRATADA atende às especificações solicitadas no Edital de convocação.

6.4. Este servidor será provido de poderes para que, no caso do surgimento de alguma necessidade de adequação do estabelecimento, estipular prazo máximo para a tomada de providências para enquadramento nos requisitos de contratação.

6.5. Inspeccionada e devidamente atestado pelo servidor, que por sua vez emitirá o Termo de Qualificação dos Serviços de Hospedagem, comprovando que a empresa está apta a servir aos pacientes e, assim, viabilizando o Contrato Administrativo com o Município de Campinápolis/MT.

6.6. Ocorrendo a decretação de empresa inapta para atendimento dos pacientes, não será firmado contrato entre as partes, além da empresa responder e ser enquadrada nas sanções e penalidades impostas por este instrumento.

6.7. Sendo aptos e após a assinatura dos contratos, os credenciados deverão apresentar disponibilidade para prestação dos serviços conforme escala a ser elaborada pela Secretaria Municipal de Saúde de Campinápolis;

6.8. Os contratados serão remunerados pelo valor bruto mensal correspondente aos serviços efetivamente prestados, de acordo com o valor estabelecido no item 3;

6.9. À Secretaria Municipal de Saúde caberá a Fiscalização e acompanhamento dos trabalhos visando verificar o atendimento integral às exigências contratuais;

6.10. A Fiscalização terá poderes para, nos locais de trabalho, proceder qualquer determinação que seja necessária à perfeita execução dos serviços, inclusive podendo determinar a paralisação quando não atender às cláusulas contratuais;

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE



Prefeitura Municipal de Campinápolis-MT

Avenida Benônico José Lourenço, nº 2170, Setor União - (66) 3437-1992
CEP: 78630-000 Campinápolis/MT - prefeitura@campinapolis.mt.gov.br

- 7.1. Efetuar o pagamento da prestação dos serviços na forma e prazo estabelecidos no contrato;
- 7.2. O Contratante designará fiscal para acompanhar a fiel execução do contrato, ficando todo e qualquer pagamento submetido à certificação da perfeita e adequada execução do objeto deste Termo;
- 7.3. O Contratante se compromete a fiscalizar o cumprimento das cláusulas do contrato, emitindo relatório, quando considerar necessário, por intermédio do fiscal designado pela Secretaria de Saúde, devendo conter informações acerca da qualidade e eficiência dos serviços executados e sua conformidade com os requisitos do presente termo de referência e do contrato;
- 7.4. Fornecer ao Contratado todos os dados e informações que se façam necessárias ao bom desempenho dos serviços ora contratados;
- 7.5. Notificar por escrito a licitante credenciada quando houver eventuais ocorrências no curso da prestação do serviço, fixando prazo para sua correção;
- 7.6. Fiscalizar livremente os serviços, não eximindo ao credenciado da total responsabilidade quanto à execução do objeto;
- 7.7. Acompanhar a prestação dos serviços, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da prestação; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações deste Termo;
- 7.8. Efetuar a autorização, em formulário próprio padronizado pela Secretaria Municipal de Saúde, para encaminhamento dos pacientes à casa de apoio;
- 7.9. A Prefeitura Municipal não será responsável por qualquer dano ou prejuízo provocado pela alteração de conduta do paciente ou acompanhante. A Contratada deverá responsabilizar o próprio causador diretamente ou através de ações judiciais.
- 7.10. Nenhuma outra remuneração será devida ao Contratado, a qualquer título ou natureza, decorrentes de encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relativos ao cumprimento das obrigações estabelecidas no presente instrumento. Fica convencionado que não há relação de emprego entre o Contratante e o Contratado, estando este contrato disciplinado pelos artigos 593 e seguintes do Código Civil.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1. Observar as normas legais e regulamentares pertinentes a Contratante, quando aplicáveis a execução do objeto contratado;
- 8.2. Atender de forma humanizada ao público em geral, prestando às informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo, na forma da lei;
- 8.3. Levar ao conhecimento da Contratante, formalmente e por escrito, as irregularidades que tiver ciência em razão da execução do contrato e/ou que constituam obstáculo a sua fiel execução;
- 8.4. Manter conduta compatível com a moralidade administrativa;
- 8.5. Tratar com respeito toda e qualquer pessoa com quem mantiver contato em decorrência da execução deste contrato;
- 8.6. Não se valer do presente contrato para lograr proveito ilícito pessoal ou de outrem;
- 8.7. Não exercer quaisquer atividades incompatíveis a execução do presente contrato ou contrárias a política da Rede Municipal de Saúde de Campinápolis;
- 8.8. Não praticar em razão da execução deste contrato, ato definido como crime e/ou contravenção, ou ainda ofensa física ou verbal, a qualquer pessoa;
- 8.9. Não opor resistência injustificada a execução dos serviços objeto deste contrato;
- 8.10. Apresentar, sempre que solicitado, relatórios de atividades que demonstrem quantitativa e qualitativamente o atendimento do objeto;



Prefeitura Municipal de Campinápolis-MT

Avenida Benônico José Lourenço, nº 2170, Setor União - (66) 3437-1992
CEP: 78630-000 Campinápolis/MT - prefeitura@campinapolis.mt.gov.br

- 8.11. Comunicar a Contratante, o interesse na desistência de cumprimento do presente contrato, por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, para efeito de sua rescisão;
- 8.12. Não realizar subcontratação total ou parcial dos serviços, sem anuência do Município de Campinápolis. No caso de subcontratação autorizada pelo Contratante, a Contratada continuará a responder direta e exclusivamente pelos serviços e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;
- 8.13. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução do contrato ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da Contratante;
- 8.14. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidentes de trabalho com seus empregados, em virtude da execução do presente contrato ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências da Contratante;
- 8.15. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, a critério da Administração, referentes à execução do serviço, nos termos da Lei vigente;
- 8.16. A empresa credenciada fica obrigada a cumprir as regras estabelecidas no Termo de credenciamento, sob pena de descredenciamento e aplicação de demais sanções cabíveis;
- 8.17. Realizar os serviços considerados de emergência com prioridade;
- 8.18. Dispor de capacidade técnica para realização de todos os serviços para os quais vir a se credenciar;
- 8.19. Manter em seu quadro de pessoal profissionais habilitados a executar os procedimentos;
- 8.20. Ser responsável, em relação aos seus prestadores de serviços, por todas as despesas decorrentes da execução dos instrumentos contratuais, tais como: salários, encargos sociais, taxas, impostos, seguros, seguro de acidente de trabalho, transporte, hospedagem, alimentação e outros que venham a incidir sobre o objeto do contrato decorrente do credenciamento;
- 8.21. Manter, durante o período de vigência do credenciamento e do contrato de prestação de serviço, todas as condições que ensejaram o Credenciamento, em especial no que tange à regularidade fiscal e capacidade técnico-operacional;
- 8.22. Justificar formalmente ao órgão contratante, eventuais motivos de força maior que impeçam a realização dos serviços, objeto do contrato;
- 8.23. Manter as informações e dados do órgão contratante em caráter de absoluta confidencialidade e sigilo, ficando proibida a sua divulgação para terceiros, por qualquer meio.
- 8.24. A prestação de serviços deverá observar as normas editadas pelas autoridades de saúde a nível Federal, Estadual e Municipal, cumprindo-se os dispositivos de leis, portarias, resoluções, códigos de ética e outras espécies normativas pertinentes;
- 8.25. A Contratada deverá manter-se cadastrada junto aos órgãos de fiscalização da sua categoria, sob pena de rescisão contratual;
- 8.26. A Contratada responderá por todos os serviços prestados no atendimento ao paciente, isentando integralmente a Contratante de todo e qualquer ato falho em que o paciente se sentir lesado, devendo prestar atendimento humanizado a todos os pacientes encaminhados aos seus cuidados.

9. DA VIGÊNCIA DOS CONTRATOS

A vigência do contrato terá um prazo máximo de 12 meses a partir da data de sua assinatura, admitida a prorrogação nos termos da lei, mediante termo aditivo.



Prefeitura Municipal de Campinápolis-MT

Avenida Benônico José Lourenço, nº 2170, Setor União - (66) 3437-1992
CEP: 78630-000 Campinápolis/MT - prefeitura@campinapolis.mt.gov.br

10. DA FORMA DE PAGAMENTO

10.1. O pagamento referente à prestação de serviços será efetuado em até 30 (trinta) dias contados da entrega da Nota Fiscal, devidamente atestada pelo responsável pela fiscalização do contrato, de acordo com os valores estipulados na tabela constante no item 3, devidamente autorizados pela Secretaria Municipal de Saúde de Campinápolis;

10.2. O pagamento somente será efetuado mediante apresentação de documento fiscal idôneo;

10.3. A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal, a descrição dos serviços prestados a este Município, o mês de referência, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento;

10.4. Caso constatada alguma irregularidade na nota fiscal, esta será devolvida a contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação da nota fiscal;

10.5. Deverá obrigatoriamente acompanhar a Nota Fiscal, todas as certidões de regularidade fiscais, devidamente válidas:

- a) Certidão de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) Certidão Negativa de Débito Fiscal (CND), expedida pela Agência Fazendária da Secretaria de Estado de Fazenda do domicílio tributário da licitante, observando que no caso do Estado de Mato Grosso, deverá ser específica para participação em licitações públicas;
- c) Certidão Negativa de Débitos do Município da sede da licitante;
- d) Certificado de Regularidade relativo à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

11. DA FISCALIZAÇÃO

11.1. Ao Contratante reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente a prestação dos serviços pelo Credenciado, podendo proceder ao descredenciamento, em casos de negligência, imperícia, imprudência e descumprimento contratual, observado o devido processo legal;

11.2. O acompanhamento e fiscalização consistem na verificação da conformidade do fornecimento do objeto, devendo ser exercidos pelo servidor capacitado, especialmente designado através de portaria para esse fim.

12. DAS PENALIDADES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Ao contratado que descumprir total ou parcialmente, ainda que temporariamente, as obrigações assumidas, serão aplicadas as seguintes sanções, previstas nos artigos 156 e 162, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, bem como nas cláusulas específicas do contrato:

I - Advertência;

II - Multa;

III - Impedimento de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 3 (três) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo entre 3 (três) anos e 6 (seis) anos;

12.2. Multa de até 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 2º (segundo) dia, calculados sobre o valor do contrato;

12.3. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto, com a consequente rescisão contratual;



Prefeitura Municipal de Campinápolis-MT

Avenida Benônimo José Lourenço, nº 2170, Setor União - (66) 3437-1992
CEP: 78630-000 Campinápolis/MT - prefeitura@campinapolis.mt.gov.br

- 12.4. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, quando o contratado injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;
- 12.5. Impedimento de contratar com o Município pelo período de até 03 (três) anos;
- 12.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo período de no mínimo 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;
- 12.7. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem 12.1. poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II;
- 12.8. A aplicação das sanções previstas no subitem 12.1. não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 12.9. As sanções previstas no subitem 12.1. deverão ser pagas em até 5 (cinco) dias úteis contados da notificação à contratada, após conclusão processo de responsabilização realizado por comissão de servidores públicos;
- 12.10. Em não havendo o pagamento voluntário, a administração municipal poderá:
- 12.10.1. Descontar o valor da multa dos pagamentos porventura devidos à contratada;
- 12.10.2. Descontar da garantia contratual, se houver, caso a multa seja de valor superior aos créditos do apenado, devendo aquela ser recomposta no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de restar configurada a inexecução contratual;
- 12.10.3. Inscrevê-la em dívida ativa para futura cobrança judicial, na impossibilidade de adoção das medidas prevista pelo subitem 12.1.
- 12.11. A penalidade será obrigatoriamente registrada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso (AMM) e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado sem prejuízo das demais cominações.
- 12.12. No caso de admissão da reabilitação da Contratada perante a Contratante, conforme artigo 163 da Lei nº 14.133/2021, serão exigidos cumulativamente:
- I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;
 - II - pagamento da multa;
 - III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
 - IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
 - V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste subitem.
- 12.13. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

13. DESCREDENCIAMENTO

Caberá rescisão administrativa, independentemente de qualquer processo judicial ou extrajudicial, conforme segue:

13.1. DESCREDENCIAMENTO POR PARTE DA CONTRATANTE:

- 13.1.1. A empresa deixar de cumprir qualquer das cláusulas e condições do contrato;
- 13.1.2. A empresa praticar atos fraudulentos no intuito de auferir para si ou para outrem vantagem ilícita;
- 13.1.3. Ficar evidenciada a incapacidade da empresa credenciada de cumprir as obrigações assumidas, devidamente caracterizadas em relatório circunstanciado de inspeção;
- 13.1.4. Por razões de interesse público de alta relevância, mediante despacho motivado e justificado da Prefeitura Municipal;
- 13.1.5. Em razão de caso fortuito ou força maior;



Prefeitura Municipal de Campinápolis-MT

Avenida Benônico José Lourenço, nº 2170, Setor União - (66) 3437-1992
CEP: 78630-000 Campinápolis/MT - prefeitura@campinapolis.mt.gov.br

13.1.6. No caso da decretação de falência ou concordata da empresa credenciada, sua dissolução ou falecimento de todos os seus sócios;

13.1.7. Por não atender os pacientes encaminhados pelo Município com qualidade e nas especificações do presente Termo de Referência;

13.1.8. A paralisação total ou parcial do serviço;

13.1.9. A recusa formal da prestação do serviço, por parte da credenciada, injustificada, implica no descredenciamento e suas sanções;

13.1.10. A subcontratação parcial ou total do serviço sem anuência do Município de Campinápolis.

13.2. DESCRENCIAMENTO POR PARTE DA CREDENCIADA:

13.2.1. Mediante solicitação escrita e devidamente justificada à Prefeitura, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

13.2.2. Havendo multas a recolher, estas serão descontadas dos créditos da empresa Contratada e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pelos profissionais habilitados do Município;

13.2.3. Em se tratando de contratada que não comparecer para retirada da ordem de serviço, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pelos profissionais habilitados do Município;

13.2.4. A rescisão judicial ocorrerá nos termos da legislação pertinente à espécie.

13.3. Será considerado extinto o presente instrumento contratual, sempre que ocorrer uma das condições dispostas abaixo:

13.3.1. Advento do termo contratual;

13.3.2. Rescisão;

13.3.3. Anulação;

13.3.4. Falência ou extinção da empresa.

13.4. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do contratado, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso (AMM), considerando-se rescindido o contrato a partir da última publicação;

13.5. Havendo a rescisão contratual, cessarão todas as atividades da contratada, relativas a prestação dos serviços;

13.6. Caso o Município de Campinápolis não se utilize da prerrogativa de rescindir o contrato a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a contratada cumpra integralmente a condição contratual infringida;

13.7. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

a) Desclassificação ou inabilitação, caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

b) Cancelamento do contrato e do credenciamento, se esta já estiver assinado, procedendo-se a paralisação da prestação dos serviços;

14. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto deste Termo de Referência, correrão pela seguinte dotação orçamentária: Programa: Código: 07.001.10.302.0011.2047– Despesa 3.3.90 - Fonte de recurso 1.500.1002,000.

15. DA ELABORAÇÃO:

Eventuais omissões serão resolvidas pela Comissão de Credenciamento, com base na Lei nº 14.133/2021 e nos princípios que regem a administração pública.



Prefeitura Municipal de Campinápolis-MT

Avenida Benônico José Lourenço, nº 2170, Setor União - (66) 3437-1992

CEP: 78630-000 Campinápolis/MT - prefeitura@campinapolis.mt.gov.br

A elaboração do presente Estudo Técnico Preliminar é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde deste Município.

Campinápolis-MT, 24 de fevereiro de 2026.

Suelen Cristina Gomes
Secretária Municipal de Saúde



Prefeitura Municipal de Campinápolis-MT
Avenida Benônico José Lourenço, nº 2170, Setor União - (66) 3437-1992
CEP: 78630-000 Campinápolis/MT - prefeitura@campinapolis.mt.gov.br

ANEXO II
MINUTA DA PROPOSTA DE ADESÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7295/2025
CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 01/2026

OBJETO: Credenciamento de pessoa jurídica para prestação de serviços como Casa de Apoio no Município de Cuiabá/MT, visando o acolhimento e hospedagem de pacientes encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde de Campinápolis/MT para tratamento fora do domicílio (TFD).

Telefone: (____) _____ - Celular: (____) _____ E-mail: _____ Endereço: _____

PROPOSTA COM PEDIDO DE ADESÃO AO AGENTE DE CONTRATAÇÃO E EQUIPE DE APOIO:

A empresa/pessoa física _____, com sede/endereço _____ (endereço completo – Rua/Avenida, número, complemento, bairro, cidade, estado, CEP), inscrito no CNPJ sob o nº _____, neste ato representado por _____ (qualificação do representante da contratada – nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF, filiação, endereço completo), através do representante legal acima qualificado, vem por meio desta, apresentar nossa PROPOSTA DE ADESÃO ao presente credenciamento para realização de serviços abaixo indicados, desde já concordando e aderindo aos preços abaixo relacionados, em conformidade com o Projeto Básico:

O CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO, pelos serviços, efetivamente realizados e respectiva nota fiscal discriminativa do(s) serviço(s) prestado(s), os valores constantes da Tabela SINAPI, aplicando-se o desconto conforme especificado no item abaixo relacionado:

Item	Descrição do Item	CÓDIGO TCE	Unidade Medida	Qtde.	Valor Unitário	Valor Total
112590	SERVIÇO DE HOSPEDAGEM- CASA DE APOIO PARA PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICILIO COM NO MINIMO TRES REFEIÇÕES DIARIAS E APOIO DE TRANSPORTE INCLUSO. (obs: HOSPEDAGEM, CAFÉ DA MANHA, ALMOÇO, JANTAR E TRANSPORTE DE PACIENTE A HOSPITAIS E CLINICAS).	000025579	Unid.	5000	R\$ 104,00	R\$ 520.000,00
SOMA TOTAL						R\$ 520.000,00

Os interessados no credenciamento deverão apresentar sua proposta de adesão **APENAS E TÃO SOMENTE** para o(s) item(ns) ao qual deseja se credenciar.

A existência de credenciados não obriga o município a firmar os compromissos que deles poderão advir. A não contratação dos serviços não importará em indenização de qualquer espécie. Fica facultada, em caso de futura contratação, a utilização de outros meios, respeitada a legislação pertinente às licitações, assegurando-se aos credenciados a preferência em igualdade de condições.



Prefeitura Municipal de Campinápolis-MT

Avenida Benônico José Lourenço, nº 2170, Setor União - (66) 3437-1992
CEP: 78630-000 Campinápolis/MT - prefeitura@campinapolis.mt.gov.br

Declaramos por fim estarmos cientes de todas as condições do edital supracitado e respectivos anexos, bem como de todas as especificações contidas na minuta do futuro contrato a ser assinado e que as aceitamos de forma incondicional sem nenhum questionamento.

Sem mais, esperamos a atenção dessa conceituada entidade no sentido de deferir o nosso credenciamento.

_____, _____ de _____ de 2026.

Atenciosamente

Identificação e assinatura do responsável legal da empresa Carimbo



Prefeitura Municipal de Campinápolis-MT
Avenida Benônio José Lourenço, nº 2170, Setor União - (66) 3437-1992
CEP: 78630-000 Campinápolis/MT - prefeitura@campinapolis.mt.gov.br

ANEXO III
MINUTA DO CONTRATO
CREDENCIAMENTO/INEXIGIBILIDADE N. 00xx/2026

Pelo presente instrumento contratual, o MUNICIPIO DE CAMPINÁPOLIS - MT, por intermédio da Prefeitura Municipal de CAMPINÁPOLIS – MT, inscrita no CNPJ Nº 00.965.152/0001-29, com sede na Av. Benonio jose lourenço, 2170- setor união, na cidade de CAMPINÁPOLIS-MT, CEP: 78.630-000, FONE: 66-3437-1992, neste ato representado pelo Sr. JEOVAN FARIA, Prefeito Municipal, e, de outro lado, a empresa ----- inscrita no CNPJ sob nº Inscrição Estadual nº--, estabelecida na rua----- nº -- Bairro ----Cidade-----, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr-----, portador do RG n.º----- SSP/---, CPF n.º-----, chamado simplesmente de CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato nos termos do processo licitatório nº 7295/2025, realizado na modalidade de Chamada Publica Eletrônico nº 001/2026, regido pela Lei 14.133/21 e o Decreto Municipal 0 /2026, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

Item	Descrição do Item	CÓDIGO TCE	Unidade Medida	Qtde.	ValorUnitário	ValorTotal
112590	SERVIÇO DE HOSPEDAGEM-CASA DE APOIO PARA PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICILIO COM NO MINIMO TRES REFEIÇÕES DIARIAS E APOIO DE TRANSPORTE INCLUSO. (obs: HOSPEDAGEM, CAFÉ DA MANHA, ALMOÇO, JANTAR E TRANSPORTE DE PACIENTE A HOSPITAIS E CLINICAS).	000025579	Unid.	5000	R\$ 104,00	R\$ 520.000,00
SOMA TOTAL						R\$ 520.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO – Os serviços serão prestados nos dias, locais e no horário designado pela SecretariaMunicipal de Saúde de Campinápolis.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO:

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura deste instrumento, na formado artigo105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência anexo ao EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE Nº 0xx/2026, anexo a este Contrato.

MATRIZ DE RISCO:

Constituem riscos a serem suportados pelo contratante:

Impedimento Municipal para execução;



Prefeitura Municipal de Campinápolis-MT

Avenida Benônico José Lourenço, nº 2170, Setor União - (66) 3437-1992
CEP: 78630-000 Campinápolis/MT - prefeitura@campinapolis.mt.gov.br

Custos e prazos incorretos e erros no valor e prazo dos serviços;
Eventos devido a força maior ou caso fortuito, não seguráveis que prejudiquem a continuidade dos serviços
Mudança de legislação, regulamentação ou tributárias;
Atrasos na liberação dos recursos;
Constituem riscos a serem suportados pelo contratado:
Prejuízos causados a terceiros pela contratada ou seus subcontratados;
Eventos devido a força maior ou caso fortuito, seguráveis que prejudiquem a continuidade dos serviços;
Prejuízos decorrentes de erros na realização dos serviços verificados pela fiscalização, acabamentos e utilização de materiais inadequados ou fora das especificações;
Vícios verificados nos serviços;
Mudança de legislação, regulamentação ou tributárias;
Rescisão contratual ou quebra do contrato por problemas diversos;
Anulação do contrato por natureza diversa;
Riscos ambientais e atrasos causados por ação de órgãos fiscalizadores.
Constituem riscos a serem assumidos pela contratante, com reequilíbrio econômico-financeiro:
Constituem riscos a serem assumidos pela contratante e pela contratada:

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação parcial ou total dos serviços.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

O valor total da contratação é de R\$.----- (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX)

No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

São obrigações do Contratante:

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;



Prefeitura Municipal de Campinápolis-MT

Avenida Benônico José Lourenço, nº 2170, Setor União - (66) 3437-1992
CEP: 78630-000 Campinápolis/MT - prefeitura@campinapolis.mt.gov.br

Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato – TERMO DE REFERÊNCIA presente no citado processo de Credenciamento e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#));

Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade



Prefeitura Municipal de Campinápolis-MT

Avenida Benônico José Lourenço, nº 2170, Setor União - (66) 3437-1992
CEP: 78630-000 Campinápolis/MT - prefeitura@campinapolis.mt.gov.br

perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, código de ética da entidade de classe, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre o local dos serviços nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças necessárias nos serviços solicitados;

Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));

Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));

Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

Apresentar os empregados devidamente identificados.

Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.

Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.

Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.



Prefeitura Municipal de Campinápolis-MT

Avenida Benônimo José Lourenço, nº 2170, Setor União - (66) 3437-1992
CEP: 78630-000 Campinápolis/MT - prefeitura@campinapolis.mt.gov.br

Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, em plena validade.

Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros;

Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

Não será exigida garantia de execução para a presente contratação.

der causa à inexecução parcial do contrato;

der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



Prefeitura Municipal de Campinápolis-MT

Avenida Benônico José Lourenço, nº 2170, Setor União - (66) 3437-1992
CEP: 78630-000 Campinápolis/MT - prefeitura@campinapolis.mt.gov.br

der causa à inexecução total do contrato;

ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

praticar ato fraudulento na execução do contrato;

comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

Multa: (1) moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

(2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

der causa à inexecução parcial do contrato;

der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

der causa à inexecução total do contrato;

ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

praticar ato fraudulento na execução do contrato;

comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

a natureza e a gravidade da infração cometida;



Prefeitura Municipal de Campinápolis-MT

Avenida Benônico José Lourenço, nº 2170, Setor União - (66) 3437-1992
CEP: 78630-000 Campinápolis/MT - prefeitura@campinapolis.mt.gov.br

as peculiaridades do caso concreto;
as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
os danos que dela provierem para o Contratante;
a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no [Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas \(Ceis\)](#) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

Balanco dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

Indenizações e multas.



Prefeitura Municipal de Campinápolis-MT

Avenida Benônico José Lourenço, nº 2170, Setor União - (66) 3437-1992
CEP: 78630-000 Campinápolis/MT - prefeitura@campinapolis.mt.gov.br

A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

As despesas decorrentes da execução do presente credenciamento correrão por conta das dotações orçamentárias específicas para o ano em exercício abaixo indicadas e nos exercícios subsequentes, as despesas correrão por conta da dotação que for prevista para atender as obrigações de mesma natureza.

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO:

Os licitantes devem observar e o CONTRATADO deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

“prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;

“prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;

“prática colusivas”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;

“prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

“prática obstrutiva”: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste contrato; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga do contrato financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução do contrato financiado pelo organismo.

Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ALTERAÇÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



Prefeitura Municipal de Campinápolis-MT

Avenida Benônico José Lourenço, nº 2170, Setor União - (66) 3437-1992
CEP: 78630-000 Campinápolis/MT - prefeitura@campinapolis.mt.gov.br

Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#).

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Compreendem os serviços a serem prestados:

O atendimento aos usuários que buscam a Unidade Mista de Saúde em demanda espontânea, tanto adulto como pediátrico, responsabilizando-se integralmente pela assistência dos mesmos;

Atender os usuários de acordo com Protocolo de Humanização definido pela Secretaria Municipal de Saúde e realizado por Auxiliar de Enfermagem capacitada, bem como seguir o Procedimento Operacional Padrão do Município de Campinápolis;

Realizar consultas, exames clínicos, solicitar exames subsidiários, analisar e interpretar seus resultados, elaborar diagnóstico, plano terapêutico e conduta adequada à condição clínica verificada e emitir atestado médico quando houver necessidade, conforme protocolos clínicos vigentes;

Fazer uso, quando necessário, de todos os recursos e equipamentos disponíveis Unidades Básicas de Saúde e Hospital Municipal, para suporte básico e avançado de vida;

Realizar encaminhamentos para serviços de maior complexidade, solicitar apoio ao SAMU192 e fazer contato com hospitais para transferência de pacientes quando necessário, garantindo a continuidade da atenção médica ao paciente grave, até a sua recepção por outro médico nos serviços de urgência ou na remoção e transporte de pacientes críticos;

Garantir continuidade da atenção médica ao paciente em observação ou em tratamento nas dependências da entidade até que outro profissional médico assuma o caso;

Preencher os documentos inerentes à atividade de assistência médica prestada e realizar registros adequados sobre os pacientes no prontuário, fichas de transferência, encaminhamentos para serviço de verificação de óbitos, IML, notificações compulsórias e outras atividades determinadas pela Secretaria Municipal de Saúde;

Zelar pela manutenção e ordem dos materiais, equipamentos e locais de trabalho;

Executar outras tarefas correlatas à sua área de competência;

Obedecer ao Código de Ética Médica.

K) Realizar consultas eletivas, demandas espontânea, receitas de medicamentos, atestados somente para pacientes em consulta, procedimentos de urgência e emergência, Regulação de vagas no SAMU, encaminhamentos de pacientes para hospitais de referência, acompanhamentos de pacientes na ambulância na regulação de vaga o.

E as demais que constam em edital.

As despesas referentes à prestação dos serviços ficam por conta da CONTRATADA, sendo pago apenas o valor relativo aos serviços, conforme tabela apresentada no item 7 deste Termo de Referência.

Na qualidade de prestadora de serviços a CONTRATADA se responsabiliza por danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, ou por seu empregado ou preposto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.

O pagamento dos serviços prestados será por meio do quantitativo de plantões efetivamente executados nomês em questão, conforme Termo de Referência e boletim de frequência de ponto biométrico dos prestadores deserviço;

A remuneração será realizada com base no número de plantões realizados pelos profissionais no mês em questão. O prestador será informado do valor a ser recebido e deverá entregar a nota fiscal à Secretaria Municipal de Saúde.

Tais notas serão empenhadas e pagas pela Secretaria Municipal de Contabilidade e Finanças;

Serão analisados também dados qualitativos e quantitativos de produção médica;



Prefeitura Municipal de Campinápolis-MT

Avenida Benônico José Lourenço, nº 2170, Setor União - (66) 3437-1992
CEP: 78630-000 Campinápolis/MT - prefeitura@campinapolis.mt.gov.br

A convocação dos CREDENCIADOS para prestação dos serviços será realizada de forma rotativa, seguindo a ordem cronológica da publicação da homologação de cada credenciamento requerido, ou seja, o primeiro CREDENCIADO será convocado primeiramente, e assim sucessivamente;

Ocorrendo homologação simultânea de credenciamento de um mesmo lote, será dada prioridade à ordem crescente de data e hora protocolização dos documentos;

A cada serviço solicitado, o responsável da Secretaria de Saúde atualizará a sequência de CREDENCIADOS, passando para o final da “fila” o CREDENCIADO que acabou de receber solicitação. Qualquer novo CREDENCIADO entrará como último na “fila” atualizada no momento da publicação de seu credenciamento.

A Secretaria da Saúde publicará, semestralmente, no Diário Oficial do Município, a relação de CREDENCIADOS e a respectiva classificação.vigessima

CLÁUSULA VIGÉSIMA – FORO (art. 92, §1º)

20.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campinápolis-MT, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

E por assim estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, para que produza todos os efeitos legais e resultantes de direito.

Campinápolis, MT ____ de ____ de 2026

MUNICÍPIO DE CAMPINÁPOLISCONTRATANTE

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
CONTRATAD



Prefeitura Municipal de Campinápolis-MT

Avenida Benônico José Lourenço, nº 2170, Setor União - (66) 3437-1992
CEP: 78630-000 Campinápolis/MT - prefeitura@campinapolis.mt.gov.br

CEP: 78630-000 Campinápolis/MT - prefeitura@campinapolis.mt.gov.br

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÕES

CREDENCIAMENTO/INEXIGIBILIDADE N.0xx/2025

OBJETO: Contratação de casa de apoio localizada no município de Cuiabá-MT para prestação de serviços de hospedagem, alimentação e acolhimento dos pacientes encaminhados para tratamento fora do domicílio (TFD), visando atender às demandas do município de Campinápolis/MT

(Nome da Empresa).....-....., CNPJ Nº....., sediada na Rua

....., nº....., bairro....., CEP.....Município....., por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital de Credenciamento em epígrafe, DECLARA, sob as penas da lei, que:

Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e em seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no referido documento, para todos os efeitos legais, sob pena de aplicação das sanções cabíveis;

Cumprir com as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

As propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

Não possui em seu quadro de pessoal e societário, servidor público do Poder Executivo Municipal exercendo funções de gerência ou administração, ou servidor do Órgão/Entidade contratante em qualquer função, nos termos do art. 9º, § 1º da Lei Federal nº 14.133/2021;

Não há sanções vigentes que legalmente proíbam a participante de licitar e/ou contratar com o Órgão/Entidade contratante;

Não possui em seu quadro de pessoal empregados (s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso VI, artigo 68 da Lei nº 14.133/2021;

Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

Cidade - MT, , de 2026.

Assinatura do representante legal sob carimbo RG:CPF:CNPJ da empresa



Prefeitura Municipal de Campinápolis-MT
Avenida Benônico José Lourenço, nº 2170, Setor União - (66) 3437-1992
CEP: 78630-000 Campinápolis/MT - prefeitura@campinapolis.mt.gov.br

ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO PARA ME/EPP
Epregador Pessoa Jurídica

Ao
Município de Campinápolis Agente de Contratação e Equipe de Apoio

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.7295/2025 CREDENCIAMENTO/INEXIGIBILIDADE Nº. 0xx/2026

OBJETO: Contratação de casa de apoio localizada no município de Cuiabá-MT para prestação de serviços de hospedagem, alimentação e acolhimento dos pacientes encaminhados para tratamento fora do domicílio (TFD), visando atender às demandas do município de Campinápolis/MT

(Nome da Empresa), CNPJ Nº, sediada na Rua, nº, bairro,, CEP, Município, por seu

representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital de Credenciamento em epígrafe,DECLARA, sob as penas da lei:

Ser ME, EPP ou MEI;

Que não se encontra em nenhuma das situações previstas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e, nos termos do art. 28 da Lei Complementar Estadual nº 605/2018, está apto a usufruir do tratamento estabelecido nos artigos 43 da Lei Complementar Federal nº 123/2006;

Que no ano-calendário de realização deste credenciamento, os valores somados dos contratos celebrados com a Administração Pública não extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresade pequeno porte, nos termos do art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021

Local, / / .

Assinatura do representante legal sob carimbo
RG:CPF:CNPJ da empresa

Obs.: Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo (s) seu(s) representante (s) legal(is) ou procurador devidamente habilitado.



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Campinápolis

ANEXO V

MINUTA DP TERMO DE CREDENCIAMENTO

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE CAMPINÁPOLIS – MT, por intermédio da Prefeitura Municipal de Campinápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 00.965.152/0001-29, com sede na Avenida Benônio José Lourenço, nº 2170, Setor União, Campinápolis/MT, CEP 78.630-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. JEOVAN FARIA, doravante denominado CREDENCIANTE, e, de outro lado, a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, com sede à _____, nº _____, Bairro _____, Município de _____, Estado _____, neste ato representada por seu representante legal Sr.(a) _____, portador(a) do RG nº _____ e CPF nº _____, doravante denominada CREDENCIADA, resolvem celebrar o presente TERMO DE CREDENCIAMENTO, decorrente do Processo Administrativo nº 7295/2025, referente ao Credenciamento Eletrônico nº 01/2026, fundamentado na Lei nº 14.133/2021, especialmente nas disposições aplicáveis à contratação por inexigibilidade decorrente de credenciamento, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

EMPRESA:	
CNPJ	
ENDEREÇO	
REPRESENTANTE OU PREPOSTO:	Nome: CPF: CONTATO (TELEFONE E E-MAIL):
CRM DA PESSOA JURÍDICA:	
CONTATO (TELEFONE E E-MAIL DA EMPRESA):	Telefone: Celular: E-mail:

DO OBJETO

Este Termo possui o objetivo de efetivar a contratação de casa de apoio localizada no município de Cuiabá-MT para prestação de serviços de hospedagem, alimentação e acolhimento dos pacientes encaminhados para tratamento fora do domicílio (TFD), visando atender às demandas do município de Campinápolis/MT, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.

DOS VALORES DO PAGAMENTO

O pagamento será realizado mensalmente.

No valor unitário dos procedimentos estão inseridas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, trabalhista, etc.).

No valor unitário do procedimento estão consideradas todas as despesas que diretamente ou indiretamente estejam relacionados a execução dos serviços, inclusive os custos com deslocamento.

DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

O prazo para iniciar os serviços será de até 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento formal da Ordem de Serviço e assinatura do contrato para cada demanda.

Caso seja verificada insuficiência no prazo estipulado, a Contratada pode formalizar pedido de prorrogação deste prazo, com justificativa plausível, para apreciação e decisão do Órgão/Entidade Contratante.

O prazo para execução dos serviços será determinado pelo Contratante para cada demanda.

DAS VIGÊNCIAS/PRAZOS



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Campinópolis

EDITAL DE CREDENCIAMENTO: A vigência iniciará com a publicação do Edital e finalizará após 01 (um) ano desta publicação.

TERMO DE CREDENCIAMENTO: O Termo de Credenciamento terá a vigência limitada à do Edital de Credenciamento.

DEMANDA DOS ÓRGÃOS/ENTIDADES DO PODER EXECUTIVO: As solicitações poderão ser realizadas enquanto vigente o Termo de Credenciamento.

EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: A execução e a realização dos serviços seguirão os prazos determinados pela Secretaria Requisitante, podendo ser finalizado após a vigência deste termo.

DO CANCELAMENTO OU SUSPENSÃO DO CREDENCIAMENTO

O Termo de Credenciamento poderá ser cancelado de pleno direito, nas situações previstas no edital de credenciamento, parte integrante e indissociável deste Termo de Credenciamento.

DAS VEDAÇÕES

É vedado caucionar ou utilizar o Contrato decorrente do Termo de Credenciamento para qualquer operação financeira sem a prévia e expressa autorização da Autoridade Competente.

É vedada a prorrogação do Termo de Credenciamento.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Mediante decisão escrita e devidamente fundamentada, este Termo de Credenciamento poderá ser anulado se ocorrer ilegalidade em seu processamento ou nas fases que lhe deu origem, suspenso ou revogado por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

A anulação do Edital de Credenciamento afetará o Termo de Credenciamento e o Contrato decorrente.

As cláusulas deste Termo de Credenciamento somam-se às obrigações das partes previstas no EDITAL DE CREDENCIAMENTO nº 0xx/2026 e seus anexos, bem como àquelas previstas na minuta do contrato.

Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes na Lei nº 14.133/2021.

DO FORO

As partes elegem o foro da cidade de Campinópolis como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Termo de Credenciamento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Campinópolis, __ de ____ de 2026

Jeovan Faria
Prefeito do Município

Credenciado



Estado de Mato Grosso
Prefeitura Municipal de Campinápolis

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE IDONIEDADE E NÃO SUSPENSÃO TEMPORARIA

(Razão Social do Licitante)....., CNPJ Nº por meio de seu Diretor ou Responsável Legal, declara, sob as penas da lei, que não foi declarada INIDÔNEA e NEM SUSPENSA TEMPORARIAMENTE para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos da Lei de Licitações.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, em ____ de ____ de ____.

Nome completo e assinatura do(s) representante(s) legal(is) da empresa